

A crise da universidade no governo FHC*

Roberto Romano

Resumo Abstract

Este artigo analisa a crise da Universidade brasileira, no Governo Fernando Henrique Cardoso, destacando três monopólios que definem a esfera pública

This article analyses the crisis affecting brazilian universities under Fernando Henrique Cardoso's government, highlighting three monopolies which define the public realm.

Senhores Docentes, acadêmicos, técnicos administrativos:

Enfrentamos o pior ataque à cultura brasileira, dentre todos os que já foram tentados em nosso país. Maldito seja, disse um dia Denis Diderot, quem retira do povo a esperança de melhores dias, quem exhibe sem pudor o que existe

atrás da máscara honesta que permite a fé pública. Vivemos uma hora em que a hipocrisia se transforma, abertamente, na face da mentira. Isto chama-se niilismo ético. Esta atitude criminosa, quando se trata do Estado, vem sendo assumida **sine ira et studio** pelo governo de universitários brasileiros a soldo do sistema mundial de poder.

* Palestra proferida na UFSC, 23/4/1998.

** Prof. Dr. UNICAMP

Em 1778, um tirano vulgar, que desejava ser conhecido como filósofo e poeta, Frederico II, apresentou à Academia de Berlim a seguinte pergunta: “Pode ser útil enganar o povo?”. A resposta, se estudarmos a sua vida fraudulenta, ele já a tinha: era positiva. Frederico tentou arrebanhar cérebros pensantes da Europa toda, para encobrir seu despotismo, nada esclarecido, com o prestígio das Luzes. Neste afã, ele teve colegas ilustres, como Catarina II, da Rússia. Os intelectos mais servis cumpriram bem este labor indigno. Outros, como Voltaire, oscilaram entre a baixa adulação e a fuga da corte mentirosa. Os nexos tensos entre o monarca, um ditador militar, e o filósofo, levaram o último a uma prisão pouco disfarçada, trazendo sérios arranhões à máscara de “intelectual”, querida pelo rei canalha. Diderot foi bem mais duro e menos ambíguo com Frederico, o rei mentiroso. Ele sempre o intitulou “tirano”, denunciando sua falsa filosofia.

O choque entre filósofos e governantes despóticos, que procuram se apresentar sob os véus da ciência, vem de longa data. O seu modelo permanente é o trato entre Dionísio, o tirano de Siracusa, e Platão. Na Carta VII do último,

lemos que Dionísio, pessoa inteligente, mas adoecida pelas zumbaias dos seus servos, queria exibir grande saber, se possível à altura de Platão. Convidado para dar aulas de filosofia ao poderoso, Platão terminou quase morto por ordens do mesmo, por não aceitar os procedimentos que testemunhou. Ele, que assistira a sorte de seu mestre, em Atenas, o qual preferiu sucumbir pela cicuta a violentar sua consciência, seguiu o caminho de romper com o suposto onipotente, o qual, usando intelectuais, visava se apresentar como onisciente. Na Carta VII, encontramos uma dura e saudável receita de comportamento ético, a ser obedecida pelos teóricos que não prostituíram sua mente e seus corações.

Cito as frases platônicas, para que os senhores as meditem à luz do que se passa hoje, no Brasil. “Quando se dá conselhos ao doente que pratica um regime detestável, a primeira coisa a fazer é conduzi-lo à boa saúde, mudar seu modo de vida. Ele nos escuta? No futuro, daremos outros conselhos. Mas se recusa os avisos, devemos renunciar a toda advertência para o obstinado, pois este seria, a meu ver, agir como homem e médico. Assim também no Estado. Se ele tem à

sua frente um só homem, ou vários, suponhamos que exista alguma vantagem em lhe dar conselhos, porque o regime segue a boa via. Quem aconselha tal governo é sensato. Mas, para os que são contra todo o bom regime e recusam segui-lo, e pensam exigir do conselheiro deixar intocado todo o governo, sem redefinir seu comportamento, e ainda dizem que, se o tentarem, morrerão, e, além do mais, exigem que os conselheiros se coloquem a serviço de suas vontades, como de seus desejos, fornecendo ajuda para obtê-los facilmente e rápido: quem submetesse a ser um conselheiro desta espécie, não o considero um homem, enquanto considero um homem quem não o obedece!”.

Dionísio não seguiu os conselhos de Platão. Mas desejou se legitimar e ser conhecido por escrever sobre a filosofia. Escutemos ainda o autor da “República”, nos seus comentários sobre o tirano: Dionísio fazia crer que estava perfeitamente instruído por todas as idéias platônicas, usando fórmulas de uma filosofia mal compreendida. “Ora, Dionísio não era desprovido de inteligência, mas era excessivamente vaidoso; e, de fato, provavelmente tinha muita satisfação ao falar destas coisas e

se envergonhava de parecer nada ter aprendido de mim durante minha estadia em sua cone”. E o que fez o governante ignaro, truculento, arrogante? Escreveu livros e proferiu aulas, “segundo o estilo platônico”, para maravilhar o povo e os aduladores.

E temos, a partir daí, na pena de Platão, a maior crítica aos que usam palavras prestigiosas e títulos altissonantes, fazendo o exato contrário do que seus pretensos mestres ensinaram. “Toda esta gente”, assevera Platão, “que afirma conhecer questões às quais eu me dedico, bem como os que pretendem ter sido meus auditores (...) nada entendem do assunto. Em todo caso, não existe nenhum escrito meu neste campo, nem jamais existirá”. O dono do governo pode parolar sobre “ciência”, “verdade”, “ética” e outros pontos. Falta à sua garrulice o essencial: o trato difícil, duro, cotidiano, com a pesquisa científica. É isto o que afirma Platão: o saber sério “não pode, como outros, ser formulado em proposições, mas resulta de uma frequência repetida da própria matéria deste saber, resulta de toda uma existência que se partilha com ela (a matéria do saber). Então, súbitamente, como se acende uma luz quando jorra a chama, este saber

se produz na mente, e, doravante, nutre a si mesmo”.

Em suma: o conhecimento resulta da pesquisa paciente, do trato incessante com a matéria do saber. Não existe cientista que atinja o conhecimento num instante. O tempo da pesquisa é lento, exige cautelas com a expressão escrita, com a ordem lógica dos conceitos, a inspeção empírica, etc. É possível que um charlatão, governamental ou privado, use fórmulas científicas ou filosóficas para aumentar seu prestígio junto às massas, estas mesmas privadas de saber por artifício governamental e propaganda. Mas os que dominam as bases da ciência, diante deste embuste, têm poucos caminhos a seguir: ou denunciam o truque, ou se calam, envergonhados, mas cheios de covardia, ou investem-se de modo consciente na tarefa criminosa de incensar o pavão que arrota ciência falsa e mentirosa, para subir na vida social e política.

Plutarco, comentando a prática na cone do mesmo Dionísio, execrado por Platão, dizia que, envelhecido o tirano, e ficando ele quase cego, agora fisicamente, porque seu espírito já era assim, os cortesãos davam-se encontrões, para mimetizar o ainda poderoso

governante. Esta nota encontra-se num livrinho que deveria ser distribuído na primeira aula de nossos estudantes. Refiro-me ao tratado “Da maneira de Distinguir o Bajulador do Amigo”, recentemente traduzido para o português (título do volume, “Como Tirar Proveito de Seus Inimigos”, São Paulo, Martins Fontes, 1997). Os senhores devolveram ao Presidente da República o seu escrito sobre “Autoritarismo e Democracia”. Num ato de caridade, seria bom acrescentar, no pacote, este texto de Plutarco. O saber, é tese que se repete desde longa data, e foi retomada por Hobbes, um dos artífices da moderna soberania estatal, só pode ser reconhecido, de fato, por quem o possui. Deste axioma, pode-se dizer que o conhecimento deve ser restrito a poucos. É a via retomada pelo governo dos universitários que se pavoneiam em Brasília.

Outro caminho, seguido pelos radicais iluministas e democratas da modernidade, é lutar para que o maior número possua o saber, aplicando recursos na mais ampla educação do povo, do primário à universidade. Esta última, segundo Diderot, no “Plano de Universidade para a Rússia”, deve ser aberta indistintamente para todos os filhos

de uma nação. “Digo indistintamente”, acentua Diderot, porque “seria tão cruel quanto absurdo condenar à ignorância as camadas subalternas da sociedade”. Aposta Diderot: existem dez mil choupanas para um palácio. A probabilidade é que a inteligência, as virtudes, se instalem mais nas choupanas do que nos castelos. Sem educação popular, pensa Diderot, reinam a mentira, o embuste, o fanatismo supersticioso. Reina, sobretudo uma divisão perversa do trabalho mental: se os governantes são sábios, a propaganda ensina as massas que eles, os intelectuais no governo, são capazes de resolver os problemas coletivos, sem debates ou consultas aos cidadãos. Unida esta fé cega no conhecimento, falso ou verdadeiro, dos administradores da **res pública**, à demagogia desenfreada, temos a receita para o domínio das massas, em ditaduras formais ou de fato, com apoio popular.

Para sermos claros: unidos FHC, Malan, Kandir, Paulo Renato e outros doutores, a ACM, Antonio Brito, Paulo Afonso, Lemer, Inocêncio de Oliveira e demais truculentos, temos a receita que, se bem misturada nos caldeirões da rede Globo e de suas irmãs, produz unanimidade em massa. Cada um destes ingredientes

é essencial. É preciso que os intelectuais **sejam** competentes, para bem cumprirem os desígnios dos mandões nacionais e internacionais. É preciso que eles pareçam competentes, para que as massas joguem o destino nas suas mãos. Collor usava o “Dicionário de Política”, escrito por Bobbio, de Pasquino e outros, debaixo do braço. Certamente o volume não adquiriu mau cheiro, considerando-se o perfume usado pelo calhorda que “falava muitas línguas”. FHC finge profunda sabedoria, invocando em vão nomes prestigiosos da filosofia, dos platônicos aos fenomenólogos, como Merleau-Ponty. Mas para que o embuste funcione, é preciso que exista gente que não saiba. É preciso destruir as instituições que produzem conhecimentos e possíveis críticas aos descendentes de Dionísio, o tirano. É preciso dismantelar a universidade pública, depois que a ditadura castrense nulificou o ensino público de primeiro e segundo grau. A famosa “aula” magna do sofista, desejado de ser conhecido como filósofo, mostrou todo o arbítrio de um grupo que imagina possuir a curatela da república, na semana posterior ao evento adulatório. A TV Senado, que deveria ser a voz e a imagem de um poder autônomo, serviu durante

toda a semana para burlar a lei eleitoral, transmitindo, sem interrupção, as arengas do presidente. Como o cachorrinho de famosa fábrica de discos musicais, a TV Senado se apresentou, agora sinceramente, como “a voz de seu dono”. E não conhecemos nenhum ato, de senadores opositores ou simplesmente honestos, contra este esbulho. Certa feita, o Padre Vieira, grande vulto de nossa cultura, fez uma prédiga intitulada “O Sermão da Verdade”. Dedicou-se, nele, a revelar a antítese, a legítima prática de autoridades e do povo por elas embaído: a mentira. Falando sobre o Maranhão, hoje terra do feudo Sarney, dizia o jesuíta: “M Maranhão, M murmurar, M motejar, M maldizer, M malsinar, e sobretudo M mentir: mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos e por todos os modos ali se mente”. E a “aula” de FHC teve como tema a mentira enquanto arma de governo. O aluno aplicado de Dionísio e de Frederico II teve sua lição repetida uma semana inteira, com o fito único de propagandear seus “altos conhecimentos”. ACM, ouvinte aplicado da palestra, logo abriu a fábrica de mentiras oficiais, a TV Senado, para que os falsos fossem espalhadas ao maior número possível de eleitores.

O governo dos universitários subtraiu da ciência e da pesquisa milhões de reais, aplicando-os em programas mais condizentes com seus planos de privatizar os **campi** e os laboratórios, como arrancou da saúde preciosos recursos, orientando-os para finalidades abscônditas. Enquanto isto, tentou comprar deputados, como os do PTB, os quais, segundo eles mesmos, pertencem a um partido excrementício. Poderíamos acrescentar outro “M” à ladainha dos M elaborada por Vieira. Foi desta gente que o governo federal comprou nossa soberania, na lei sobre a reeleição, sem nosso aviso.

Milhões são retirados da pesquisa paciente da verdade, da ciência, milhões entraram na dança dos “apoios realistas” para levar adiante “reformas” interessantes para o capital multinacional e para as oligarquias que desgraçam a Federação. Estamos em regime de modificações no código penal. Não tenham receio algum, a tradição brasileira continuará, incólume, mesmo com o novo código. Os pequenos ladrões seguindo para as cadeias, lá aprendendo a arte da ladroagem e da maior violência. Os grandes ladrões, continuarão recebendo medalhas de honra ao mérito. Bem dizia o mesmo Vieira:

“Não são só ladrões os que cortam bolsas, e espreitam os que vão se banhar, para lhes colher as roupas; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força roubam e despojam os novos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo de seu risco, estes, sem temor, nem perigo: os outros, se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam. Diógenes que tudo via com mais aguda vista que os outros homens viu que uma grande tropa de varas e ministros da justiça levava a enforcar uns ladrões e começou a bradar: lá vão os ladrões grandes a enforcar os pequenos....” (“Sermão do Bom Ladrão”, 1655).

A indústria da ladroagem, que gerou os precatórios e outros meios de carrear dinheiro público para bolsos privados, tem longa data no Brasil. Quando a investigação sobre a venda de votos é impedida, no Parlamento Nacional, quando a impunidade campeia, em nome do realismo político, acreditamos, com Vieira, que nossos governos e seus auxiliares, e mesmo nossos

representantes, como os do PTB e seus aliados, furtam no modo indicativo, no imperativo, mandativo, optativo, conjuntivo, infinito, permissivo. O furto se universaliza: “Estes mesmos modos”, gritava Vieira, “conjugam por todas as pessoas; porque a primeira pessoa do verbo é a sua, as segundas os seus criados e as terceiras quantas para isso têm indústria e consciência”. E “quando eles têm conjugado assim toda a voz ativa, e as miseráveis províncias suportado toda a voz passiva, eles, como se tiveram feito grandes serviços, tornam carregados e ricos: e elas ficam roubadas e consumidas”.

Quem negocia com ladrões, quem se alia aos ladrões, quem se beneficia eleitoralmente com o “trabalho” de ladrões, quem recebe em seu gabinete os ladrões, quem louva como homens dignos os ladrões, o que pode ser alguém assim? Termina esta pane, ainda com Vieira: antigamente, disse o padre, os ajudantes dos dirigentes “chamavam-se **laterones**. E depois, corrompendo-se este vocábulo, como afirma Marco Varro, chamaram-se **latrones**. E que seria se, assim como se corrompeu o vocábulo, se corrompessem também os que o mesmo vocábulo

significa? O que só digo e sei, por teologia certa, é que em qualquer pane do mundo se pode verificar o que Isaias diz dos príncipes de Jerusalém: **Principes tui socii furum**: os teus príncipes são companheiros dos ladrões. E por quê? São companheiros dos ladrões, porque os dissimulam; são companheiros dos ladrões, porque os consentem; são companheiros dos ladrões, porque lhes dão os postos e poderes; são companheiros dos ladrões, porque talvez os defendem; e são finalmente seus companheiros, porque os acompanham e não de acompanhar ao inferno, onde os mesmos ladrões os levam consigo”.

Vieira é grande nome pátrio. Sua coragem o levou a situações de solidão enorme, diante das massas e dos governantes. Foi punido muitas vezes e de muitos modos. O professor Arapiraca, um dos luminares baianos, infelizmente falecido, estava fazendo uma pesquisa sobre a apropriação privada de símbolos públicos, prática inflacionária entre oligarcas brasileiros. Investigando a Bahia, notou que, nas escolas oficiais daquele Estado, poucas ostentavam o nome de Rui Barbosa, poucas de Tiradentes, poucas do Padre Vieira. Mas o nome de Antonio Carlos

Magalhães está ferreteado em centenas de escolas, mais os nomes dos que pertencem à sua família. É claro: quem, como Vieira, usou o verbo livremente para denunciar as mazelas dos poderosos, não pode chegar até as crianças e seus pais. Deste modo, o feudo continua em mãos férreas. O ministro da Cultura, Prof. Weffort, teórico do populismo, disse, com toda inocência, que ACM é eleito, porque possui “sensibilidade social”. Isto faz recordar, nos acadêmicos que ainda enrubescem, os “M” de Vieira. Apropriar-se de bens simbólicos difere de se apropriar indevidamente de moedas? São Paulo ostenta uma enorme avenida, com o nome do genitor do grande líder Maluf. Um túnel, muito freqüentado, exhibe o nome de sua genitora. Se andarmos pelos brasis afora, esta prática mostra-se comezinha.

Traçado este movimento da mentira, que hoje é tema de aula inaugural do presidente e das manipulações demagógicas, discutamos alguns conceitos essenciais para pensarmos a política universitária brasileira. O Estado moderno, surgido nas lutas contra o feudalismo, concentrou em si três monopólios essenciais, que definem a esfera pública. O primeiro monopólio é o da força física.

Somente a instituição estatal possui o direito de polícia e de arremeter exércitos. Ninguém, ou nenhuma instituição além do Estado, pode constranger corpos dos cidadãos e dos estrangeiros, em caso de grave ruptura com a vida comum, dentro dos limites do país e fora dele. Deste modo, nenhum particular pode armar-se e constranger os outros particulares com a força física.

No Brasil, apenas para exemplo, temos o costume de tomar como fato corriqueiro a contratação de guardas para nossas casas, como os fazendeiros julgam normal contratar capangas e milícias para suas propriedades, matando cidadãos impunemente. Durante a ditadura, tivemos os esquadrões da morte, as organizações secretas de assassinato e tortura, lideradas e executadas por empregados estatais, como alguns militares, mas sem que estes atos fossem oficiais. A força física do Estado só é um monopólio porque, supostamente, se orienta para preservar a vida de todos os cidadãos. Sendo aquelas organizações dirigidas para a morte de **alguns** cidadãos e, idealmente, de **todos** os que se opunham ao governo, elas eram, rigorosamente, anti-estatais, embora semi-oficializadas.

O segundo monopólio é o da norma jurídica. Só o Estado tem a prerrogativa de editar leis com vigor universal, valendo para todos e para cada um dos cidadãos. Neste sentido, ninguém pode definir o que indivíduos, grupos, classes, devem fazer obrigatoriamente. Tendo o Estado três faces, a Legislativa, a Executiva e a Judiciária, só em caso de uma ditadura, atingida por meio de golpe de Estado, um dos poderes, quase sempre o Executivo, se apropria ilegalmente deste monopólio, que deve ser repartido entre os três setores, suprimindo ou colocando o Parlamento e os tribunais sob tutela. Como disse Rui Barbosa: no Executivo brasileiro instala-se a “influência inconstitucional de uma individualidade usurpadora, empossada no centro da rede administrativa, como formidável arcnídio no centro da teia insidiosamente destruidora (...) vaidosamente disfarçado no incógnito de chefe constitucional” (“O Papa e o Concílio”). No caso da ditadura militar, os “Atos Institucionais” foram uma usurpação, através do Executivo ocupado pelos castrenses, de prerrogativas que pertenceriam ao Estado na sua integridade. Em nossos dias, as Medidas Provisórias, embora sem a grosseria dos Atos Institucionais,

porque supostamente devem ser ratificadas pelo Congresso, usurpam os plenos poderes do Parlamento e do Judiciário.

O terceiro monopólio é a gestão e alocação do excedente econômico. Só o Estado pode impor taxas, definir impostos obrigatórios para todos os cidadãos. Como só ele retira parte da riqueza produzida pela sociedade como um todo sob forma de impostos, só ele pode aplicar estes recursos. Ou seja, tendo o monopólio da força e da norma jurídica, somado ao monopólio da gestão do excedente econômico, só o Estado pode e deve gerir o que se chama de políticas públicas: saúde, educação, lazer, guerra, segurança interna, cultura, etc. Por mais privatizada e privatizadora que seja a instituição estatal, só ela pode definir o que a sociedade como um todo deve fazer nestes setores.

Nossa tradição estatal se caracteriza, desde a Colônia até hoje, pelo excesso no uso centralizado, posto nas mãos de um só poder, o Executivo, desses monopólios que deveriam constituir a característica do Estado. Somos uma Federação regida pelo Executivo Federal e, nela, os municípios e os Estados são passivos e dependem do que se passa no núcleo nacional.

Desde a Colônia, sim, mas também durante o Império, as Regências, a Velha República, as ditaduras Vargas e militar, o governo central abusou da força física. Nossa federação foi imposta através dos canhões, abafando tendências autonomistas e, no limite, separatistas de Norte a Sul. Os Farrapos, a Farroupilha, a República do Equador, os Mascates, etc. foram movimentos derrotados com muito uso de força física. Isto criou o hábito de considerar "normal" que o governo do centro imponha a sua vontade na ponta das baionetas ou, como ainda em 1932, em São Paulo, nas patas dos cavalos, amarrados no obelisco paulista. Desde então, os atos repressivos do governo, com ou sem golpes de Estado, formam uma constante.

O Executivo também abusou da uniformização legal. Entre nós, as normas legais são ideadas e impostas ao todo do país, sem nenhum respeito pelas particularidades regionais e pelos poderes dos Estados e municípios. É o oposto do que ocorreu na federação americana. Todos sabem que a constituição daquele país é centralista.¹ Mesmo assim, ela mantém grande autonomia dos Estados, em todas as matérias, da educação à saúde e, desta, às leis

penais. Temos, também, excesso de centralização fiscal, em detrimento de nossos municípios e Estados. O Brasil é uma pirâmide fiscal invertida: ao contrário de outras federações, onde o retorno dos impostos vai diretamente, primeiro, aos municípios e às províncias, e apenas a menor parte segue para o governo central, dado que as maiores despesas encontram-se na base, aqui a maior parcela, desde sempre, vai para o centro federativo, que “redistribui” os recursos de acordo com suas conveniências, ou seja, a do Executivo. Certas normas fiscais são um verdadeiro atentado à qualquer autonomia regional ou municipal. A “lei Kandir”, que arranca verbas dos Estados, prejudicando a saúde, a educação, a pesquisa, é uma destas teratologias jurídicas.

Semelhantes excessos no três monopólios do poder resultam na hiperbólica centralização das políticas públicas, produzindo a sua ineficiência. Os casos de Caruaru, da retomada das doenças de massa, e outros, são exemplos.

Todo esse processo centralizador segue, com lógica férrea, até as últimas conseqüências. A centralização de força, a norma jurídica, a apropriação do excedente econômico, desemboca não só na

centralização de tudo no Executivo. Dentro do mesmo, ela se concentra nas chamadas “áreas econômicas”. Os seus ocupantes não foram eleitos, nem o serão. Trata-se de um exercício irresponsável como o do rei absoluto. Um gabinete do Banco Central concentra maior poder do que todo o Parlamento e, não raro, do que todos os Tribunais. Os planos econômicos aplicados na calada da noite, preparados por “técnicos”, do plano Cruzado ao Real, passando pelo confisco ocorrido no “governo” Collor, todos constituem verdadeiros golpes de Estado, sem que ninguém possa impedi-los, sem que os cidadãos tenham condições de recusá-los. Impostos como a CPMF são assumidos, desviados de sua finalidade propalada, e nenhuma autoridade responsável pode reverter esta situação.

A política nacional, em todos os níveis, não é federativa, não é democrática, não recolhe a iniciativa de todo o Estado, mas tem a hegemonia do Executivo e, dentro dele, da área econômica, decidindo com raciocínio tacanho a maior parte dos negócios públicos, como a educação, a saúde, C/T, etc. Os gabinetes ministeriais destes setores são apenas servos sob comando de seus superiores, os econômicos. Isto tem sido confessado, clara e

distintamente, pelo anuais ministros da Educação, da C/T, etc.

Assistimos no mundo, sobretudo após a II Grande Guerra, algumas revoluções científicas e tecnológicas. A primeira foi a aplicação intensiva de capitais em meios inovadores (energia nuclear, automação, produtos sintéticos, computadores, eletrônica). A segunda ocorreu nos anos 60, com uma segunda geração de computadores, eletrônicos, sintéticos e novas técnicas de comunicação. A primeira foi uma passagem do trabalho intensivo na indústria para o capital intensivo como o centro da acumulação em escala mundial. A segunda, do capital intensivo para a tecnologia e saber intensivos. Deste modo, surgem novas indústrias baseadas na tecnologia de ponta e com conteúdos científicos, como eletrônica e computação, telecomunicações, robótica, cibernética, ciência aeroespacial, biotecnologia. Estes fatos dão-se, não por acaso, nos países do Norte. Os efeitos destas mudanças se fazem sentir, imediatamente, na quebra das barreiras nacionais. Os países do Norte aumentam em escala inusitada o controle das tecnologias, das informações, dos serviços (sobretudo as finanças), enquanto o trabalho intensivo domina os países do sul,

sem que ele passe para a outra fase, já atingida pelos países do Norte. Deste modo, ocorre uma uniformização econômica mundial, orientada segundo as opções dos Estados que possuem bases para acumular lucros a partir de seu privilegiado **status** técnico e científico. Estes países concentram o controle financeiro, técnico, científico, em benefício e sob gerência de elites nacionais, mas com impacto multinacional.

Com isso, medidas que, antes e pouco depois da II Guerra, tendiam ao aumento da potência de um país em prejuízo de outros, através imediatamente do uso externo do monopólio da força física (como a doutrina Monroe, com o "big stick"), ou como, durante a Guerra Fria, requisitavam o uso da força física unida aos esforços diplomáticos intensos, mais a espionagem, como ocorreu na maior parte dos países da América Central e do Sul, com os Estados Unidos patrocinando golpes de Estado militar para definir seu controle, passam a ser incômodas ou irrelevantes na política das grandes potências. Claro, se preciso, elas apelam para a força física, como ocorre atualmente no embate entre o governo iraquiano e os Estados Unidos. Mas o eficaz mesmo, no

domínio, vem das armas técnicas, de informação, de controle financeiro, etc.

Os capitais dos países do Norte são impostos aos dominados, criando-se elites locais transnacionalizadas, sob o comando das elites hegemônicas. Com este dado, surgem as teses e as práticas de uma “transnacionalização” dos Estados não hegemônicos. Em cada país dominado, temos elites tecnocráticas dirigidas por elites localizadas nos EUA ou na Europa. Os instrumentos desta hegemonia (técnicas de ponta, serviços que empregam intensamente saberes científicos, finanças, etc) permanecem nos países citados. As elites “locais”, as dos países controlados, tendem a não operar mais na lógica do Estado nacional, com os três monopólios definidos acima. Elas abrem mão de conceitos e práticas tidos como “ultrapassados”, como os que definem a idéia de “soberania nacional”. Ocorre que os países dominados não são terra apenas de elites. Eles contam com milhões de seres humanos, cujos padrões de vida diminuem em qualidade, em favor dos trabalhadores dos países que possuem os elementos da segunda revolução científica e tecnológica. Enquanto o desemprego diminui nos EUA, por

exemplo, sendo o menor dos 20 últimos anos, ele aumenta nos países que abrem mão do incentivo às técnicas, à educação, às ciências, em nível de massa. O Brasil é o quinto importador dos EUA, não por acaso. Em 1997, as nossas exportações para os EUA foram de 9,276 bilhões, as importações foram 14,359 bilhões, com um déficit brasileiro de 5,083 bilhões. Segundo autoridades norte-americanas, as exportações norte-americanas para o Brasil podem ir, ainda este ano, para 20 milhões, “como resultado das privatizações no país, da maior integração comercial das Américas, do aumento de investimentos diretos de empresas norte-americanas no Brasil e da perspectiva de manutenção do plano real, que conta com maciça aprovação dos empresários norte-americanos, com a possível reeleição de FHC” (Folha de São Paulo, 24/03/98, página 2-12). A massa de recursos drenados diretamente para a economia americana deixou de ser algo irrelevante no mercado interno daquele país. Acordos como o do Sivam, sabe-se, assegurariam empregos para americanos do Norte, aos milhares. E nada aqui.

Nos últimos seis anos, as exportações dos EUA para o Brasil cresceram 234%. Nosso mercado,

nos dois últimos anos, é o que mais rapidamente absorveu produtos de alta tecnologia produzidos nos EUA (computadores, softwares, instrumentos hospitalares, semicondutores, aparelhos de comunicação). As vendas dos EUA para o Brasil já saltaram de 2,32 bilhões para 3,6 bilhões em 1995 (*Gazeta Mercantil*, 19/11/97). É preciso meditar, neste instante, sobre o problema do “M”, exposto pelo padre Viera. Nossos governantes, acostumados à mentira desde longa data, passaram a mentir sistematicamente a partir dos planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor, etc. Por exemplo: não apenas perdemos quando comerciamos com os EUA. A crise financeira que assola o mundo, pegou os nossos ministros com as calças curtas e o nariz comprido. O ministro do Trabalho, o novo, que vem do PT ou da zona cinzenta entre PT e PSDB, diz que não há, propriamente, desemprego entre nós. Seus colegas da área econômica, juram de pé junto que as perdas brasileiras, na crise cambial, foi de “apenas” 10 bilhões. Seus chefes do FMI, mais realistas, falam em perdas de 40 a 50 bilhões de dólares. Os sábios de Brasília contam como perda apenas os capitais “voláteis” que saíram às pressas em outubro de 97. O FMI

soma o dinheiro que saiu e o total de passivos indexados ao dólar que o governo emitiu para enfrentar a crise. Entram os títulos federais indexados ao dólar (NTNS) e os dólares vendidos pelo Banco Central no mercado futuro da BM&F” (Celso Pinto, “As perdas do Brasil” *Folha de São Paulo*, 19-04-98, página 1-13). Note-se que os senhores do FMI precisam dar conta do que se passa aqui e precisam enfrentar pessoas e grupos que sabem controlar seus dinheiros e não aceitam propaganda, sobretudo depois do que ocorreu no México, na Tailândia, etc. Voltemos aos três monopólios, e ao monopólio da mentira oficial.

O recurso à força física bruta revelou-se ineficaz, com o fracasso das ditaduras militares, e anacrônico, em termos da comunicação em escala mundial. O “novo modelo” assumido nas relações de poder assimétrico entre os países hegemônicos e os dominados é a “democracia política”, cujo alvo precípuo é concentrar as atenções permanentes das massas em processos eletivos, **afastando-as o mais possível de suas demandas e exigências sociais**. Deste modo, governantes são eleitos, parlamentares idem, e seus atos recebem todos os holofotes, de modo a que

não se discuta a ação das elites tecnocráticas não eleitas, mas unidas aos centros de decisão transnacionais. O foco principal cai sobre a venalidade dos governantes, no Executivo e nos Parlamentos ou Judiciário, de modo a enfraquecê-los ao máximo, mas sempre em nome da “democracia”, ou seja, das eleições permanentes. Nenhuma palavra é permitida sobre os negócios bilionários entre os centros financeiros transnacionais e as elites tecnocráticas subordinadas.

E chegamos ao **modus operandi** do governo brasileiro, voltado, fundamentalmente, para a busca de estabelecer condições ótimas para a mobilização total do capital. Por isto, e na lógica do FMI e congêneres, o primeiro passo dos seus adeptos e serviços é eliminar, nos Estados submetidos, os três monopólios indicados. Trata-se de acabar, ali, com o monopólio da força, da norma jurídica e do excedente econômico. Para que o capital tenha certeza de não se perder naquelas terras, urge estabilizar a sua economia, segundo os parâmetros ideais para ele, capital transnacional. Daí, a maior “sinceridade” do FMI diante dos nossos prejuízos com a crise financeira de outubro passado. E isto deve ser feito no maior número

possível de países, para que, surgindo dificuldades em um deles, o capital possa dele sair e penetrar com segurança mínima nos outros. Se aparece uma zona de turbulência na Ásia, é preciso que o Brasil ofereça condições para o acolhimento desses capitais. Assim, estabilidade financeira, obtida à custa do retraimento das demandas sociais das massas, e juros altos são pólos de atração dos mencionados capitais.

É tempo de introduzirmos um complicador neste panorama. Falamos dos três monopólios do Estado moderno. Mas este monopólio, como vimos no caso brasileiro, varia de país a país. Em nosso caso, ele foi açambarcado pelo Executivo Federal. Ocorre que, sendo capitalista, nosso Estado, com hegemonia absoluta do Executivo, ainda apresenta uma face dupla e contraditória. Ele, ao mesmo tempo, providencia, através de suas elites irresponsáveis, nos gabinetes econômicos, as condições para a acumulação transnacional dos capitais e ainda representa a nação, a maioria de milhões, marginalizados no movimento financeiro, técnico, científico, educacional, de saúde, etc. Como é evidente a contradição destas duas faces, os Estados submetidos são claramente

entidades hamletianas: para eles, **“to be, or not to be, that is the question”**. Os governantes, não apenas enquanto demagogia, mas por uma contradição real, precisam ao mesmo tempo abrir os cinco dedos, indicando políticas sociais responsáveis, como fechá-los, para recolher impostos, definir normas jurídicas, aplicar a força física, em proveito do capital transnacional.

Assim, no mesmo passo em que se anunciam programas retumbantes de “comunidades solidárias” e “universidades” idem, os governos devem, como prioridade absoluta, assumir medidas que reduzem os referidos programas à poeira. Eles devem adotar políticas fiscais e monetárias (usando o monopólio do excedente econômico) que assegurem a “estabilidade” para os capitais transnacionais. E precisam providenciar a estrutura básica para a atividade econômica global (aeroportos, portos marítimos, rede de comunicações, sistemas educacionais, de acordo com o que o capital internacional requer de seu país). Eles devem, além disto e ao mesmo tempo, prover a ordem social, ou seja, a estabilidade política, o que exige produzir ou manter instrumentos de coerção e controle das consciências.

Ou seja: ao contrário do que se afirma em muitas teses de “ciência política”, “filosofia política”, “história”, “economia”, **não estamos assistindo o fim do Estado nacional**, com os três monopólios descritos. Existe, sim, a passagem dos Estados nacionais para o **status** de Estados neoliberais, onde os três monopólios são empregados para conciliar interesses contraditórios: os interesses das grandes massas dos excluídos pelo processo de acumulação de saberes e riquezas, e os interesses dos capitais transnacionais. Recomenda-se a audição de uma notável entrevista, de Noam Chomsky, dada, por incrível que pareça, à Globonews, (19/04/98) onde o lingüista do MIT aponta os alvos totalitários da IBM, da GM e de outras corporações, inclusive, da mídia americana, as quais desejam se apropriar de vez do controle público estatal, destruindo as administrações públicas, mesmo nos EUA. Importa o fato de que estas corporações querem para si o excedente econômico, sem contrapartidas. Chomsky chama Bill Gates, fetiche do “homem de visão” empresarial entre os espertos brasileiros, de “parasita” que se apropriou das pesquisas realizadas com dinheiro do Estado. A Rede Globo pensará

muito antes de repetir o programa. Precisamos de outros Noam Chomsky, nos EUA e no Brasil.

A universidade reúne o que se chama o setor “intelectual”. Nela, residem e operam os grupos e indivíduos que um autor italiano, Antonio Gramsci, indicou como “os técnicos em legitimação”. Voltemos rapidamente aos três monopólios: eles só podem ser empregados por longo tempo, se forem “legítimos”. Quando ocorre o abuso deles, por exemplo, sem que a sociedade civil tenha delegado o seu uso a autoridades eleitas, como na ditadura, os intelectuais unidos ao regime e exceção (caso de Roberto Campos, Delfim Netto, e outros) produzem “argumentos” para legitimar tal emprego. Também o Estado neoliberal possui semelhantes “experts” em legitimação. Eles “teorizam” as condições ideais de controle e mando, apresentando a política empírica, a que se faz sob o comando do capital transnacional, como a “única via possível”.

Tanto nos países hegemônicos, como nos subordinados, a “comunidade” formada” pelos “experts em legitimação” produz mais do que simples nexos teóricos. Sem ela, a prática do controle político e econômico é impossível. É de seu interior que surgem os “técnicos” e

“assessores” cujo fim, nos ministérios e demais organismos de governo, é a elaboração de políticas públicas que permitam reunir, num só ato, os traços contraditórios: responder às demandas de saúde, educação, etc. das grandes massas, e as bases para a expansão, sem demasiados sustos, do capital transnacional.

Hoje, como indica Robert Cox (**Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History**. N.Y. Columbia University Press, 1987), “a produção intelectual é organizada como a produção de bens ou de outros serviços. As bases materiais das redes desta produção são providas por organismos formais (usualmente não governamentais) como agências mobilizadoras e coordenadoras com diretores de pesquisa e de fundos (de fontes às vezes mais, às vezes menos visíveis) para estudos dirigidos, conferências financiadas, e simpósios, ou discussões informais (...) A base material das redes responde pela seleção dos participantes, o que garante certa homogeneidade ao redor do centro da ortodoxia a ser implantada”.

A política destas redes, continua Fox, e isto é importante para nós que temos um governo de universitários, é “conseguir

intelectuais que tenham influência política, ouvidos pelos que tomam as decisões nas cúpulas, ou mesmo se tornando eles próprios, os que decidem, formando equipes decisórias em termos políticos”.

Esta missão foi definida, ampliada e garantida pelo governo dos Estados Unidos, com o rótulo de “luta pela democracia” no mundo. Democracia, é claro, segundo os parâmetros norte-americanos. Cito um texto do ex-Secretário de Estado americano, George Schultz, em artigo publicado na revista **Current Policy** (número 456, do Departamento de Estado, **Bureau of Public Affairs**, Washington, fevereiro de 1983). Nele, temos o programa inteiro para captar e treinar as elites universitárias do mundo inteiro, para que apliquem a “democracia” estilo USA, nas terras dominadas.

O primeiro item, diz Schultz, é o “treino das lideranças”, o que envolve um amplo leque de atividades para selecionar e treinar uma base extensa de líderes intelectuais em terras estratégicas, através de seminários e outros meios, em programas das universidades estadunidenses. O segundo item, é a “educação”, ou seja, “inculcar os princípios e

práticas da democracia e o caráter e valores dos Estados Unidos nos sistemas educacionais de outros países”. Isto implica, adianta o político norte-americano, penetrar nos sistemas educacionais e na mídia dos países alvo.

O terceiro item, é. “fortalecer a democracia”, ou seja, organizar, fundar, aconselhar partidos, uniões, mídia, negócios e grupos civis nos países alvo, “aqui, novamente”, diz o secretário, “devemos reunir organismos não governamentais norte-americanos para a maior parte do trabalho”. O quarto item é “dirigir idéias e informações”, organizando fóruns e publicações, todos direcionados para as elites, de um lado, e, através de campanhas na mídia, atingir consenso e influência nas massas, com a noção dos padrões americanos de vida. O quinto item é o desenvolvimento de laços pessoais e institucionais entre equipes americanas e dos países alvo. Estes itens entram numa agenda completa de captação e cooptação de universitários dos países alvo, para as “reformas” requeridas pela política econômica e social americana.

Um autor a ser lido, neste aspecto, é William I. Robinson, no livro estratégico **Promoting**

Polyarchy, Globalization, US Intervention, and Hegemony. (Cambridge University Press, 1996). Neste trabalho, o autor analisa o que se passa, hoje, nas relações entre Estados Unidos e Chile, Filipinas, Nicarágua, Haiti. O *modus operandi*, entretanto, é similar ao aplicado ao Brasil, cabendo nos itens estabelecidos por Schultz. Boa parte do que indiquei acima vem desta análise.

Todos esses pontos são decisivos nas “reformas” definidas pelo governo para a Universidade brasileira. Em primeiro lugar, temos o neoliberalismo, o qual lança raízes no próprio liberalismo, na idéia de que o centro antropológico fundamental é a propriedade, e que este é o valor a ser protegido acima de tudo: a propriedade e o mercado onde ela se movimenta. Longe de ser uma abolição do Estado, a prática e o ideário neoliberal consistem no uso do mesmo, com os seus três monopólios, para servir o capital transnacional, cuja sede reside nos países hegemônicos, sobretudo nos EUA. No caso brasileiro, esta tarefa é facilitada, **considerando-se a enorme concentração de poderio no governo federal, o que torna toda a máquina do Estado dócil para as diretivas transnacionais.** Ao

mesmo tempo, considerando-se as grandes massas urbanas brasileiras e sua pressão constante por serviços sociais, esta tarefa torna-se mais complicada. Donde, a imensa propaganda, nos meios persuasivos da mídia, e a cooptação exacerbada das supostas elites acadêmicas, com programas como o Pronex, enquanto recursos são extraídos aos milhões da pesquisa e da formação acadêmica, nos **campi** e nos laboratórios de pesquisa. Uma excelente análise deste ponto, encontra-se na coletânea **A Oquem Pertence o Amanhã?**², especialmente nos artigos de M.L. Malaguti (“Globalização e Fascismo”) e R. Carcanholo (“Contra a Ofensiva Neoliberal. A Hipocrisia e a Impotência”).

Cabe insistir, entretanto, que não é fácil, para o governo subordinado, agradar ao mesmo tempo os donos do capital e atender aos requisitos mínimos das massas, como a saúde etc. Daí, a permanente exposição, diante da mídia, de “salvadores da saúde”, da “universidade”, etc., mesmo que se trate de pessoas que, em curto prazo, desmentem seu papel soteriológico, transformando-se em coveiros daqueles setores, em proveito do livro caixa.

Não raro, lemos análises sobre o neoliberalismo, como se ele fosse

autônomo do fato bruto, antigamente chamado “imperialismo” na teoria política, o que torna as mesmas análises algo subjetivas, (a “culpa” seria deste ou daquele governante, tomado isoladamente) e desligadas da política internacional.

Pois bem, os EUA receitam o Estado mínimo **para nós**, com função definida de proteger os capitais dos países hegemônicos, garantindo **para si** o uso dos três monopólios, não só em plano interno aos EUA, mas sobretudo em plano externo. O **monopólio da força**, eles o exercem de modo imperial, inclusive com a adesão de países, como o Brasil, que até hoje mantinham certa autonomia neste plano. O nosso presidente da República, pressuroso, mostrou-se disposto a mandar soldados brasileiros ao Iraque, com a desculpa de “obter pontos” junto ao Grande Irmão do Norte, na disputa por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O **monopólio da norma jurídica**, eles o exercem inclusive com explícitos atentados ao direito internacional, como a “lei” que garante aos EUA invadir, com suas polícias e até exércitos, países onde criminosos ou supostos criminosos estejam, mesmo que estes indivíduos

não sejam norte-americanos. Recentemente, os EUA pisaram as decisões do Tribunal de Haia, mostrando sua face crua de país imperialista e fora da lei. Além disto, eles exercem este monopólio do jurídico, em defesa da sua propriedade, através de pressões diretas ou indiretas sobre os países dominados, como no caso da lei de patentes. O monopólio do excedente econômico eles o exercem através de um protecionismo ímpar e sanções a produtos vindos dos países subordinados, e através de instituições de controle como a Alca, cujos fins colidem, em substância, com as tímidas tentativas dos governos sul-americanos de se protegerem minimamente neste trato assimétrico, através de instrumentos como o Mercosul.

“Hoje, 42% das exportações norte-americanas (286 bilhões) vão para a América Latina. No segundo semestre de 97, as exportações para os vizinhos do sul foram superiores às que se destinam à União Européia, conglomerado que inclui quatro das sete maiores potências do planeta. Dos 17 maiores parceiros comerciais dos EUA, só quatro têm déficit com a superpotência. O Brasil é o de maior déficit” (Clovis Rossi, “Pecados Americanos”, **Folha de São Paulo**, 19-04-98, página 1-2).

Os EUA exportam bens mais intensivos em trabalho do que os que compram no exterior. As mercadorias que reclamam muito mais trabalho e menos capital são as exportadas por eles. “Se, portanto, o capital, dito concretamente, as máquinas, os equipamentos materiais de que dispõem as sociedades ricas, não fornece a chave para diferenciar o norte rico do sul pobre, qual seria esta chave? Quais são as vantagens comparativas do norte face ao sul, que organizam a estrutura das trocas? A resposta é logo encontrada: trata-se da vantagem comparativa do norte que reside na composição de sua mão-de-obra, isto é, da parte do trabalho qualificado na mão-de-obra total que discrimina o norte do sul” (Daniel Cohen, “Les tournants de la mondialisation. La bataille des interprétations”, **Revista Esprit**, novembro de 1996).

Em texto que está sendo distribuído pela Associação de Docentes da Universidade Federal de Uberlândia, mostro que a política do governo federal segue os ditames do FMI. Mas, além disto, ele acompanha as teses do CEBRAP que, desde 1980, pelo menos, prega a redução das universidades federais e estaduais públicas a meros formadores de graduados, reservando-se o papel de

investigação de ponta e de ensino mais profundo aos “centros de excelência” particulares, os quais receberiam dinheiro oficial para se expandirem e se manterem. Não irei, agora, retomar os argumentos daquele escrito. Nele, indico o Prof. José Arthur Giannotti como o principal ideólogo do desmonte que hoje se processa. Ocorre que a violência da equipe econômica, a irresponsabilidade ministerial foi tamanha, que o próprio Giannotti, como aprendiz de feiticeiro, tem hoje horror de sua criatura, um Frankenstein medonho, composto de mentiras e demagogias, além de abjeta subserviência. Após o escândalo Anhembi Morumbi, onde ficou patente a conivência do governo com os donos do ensino privado, Giannotti pediu demissão do CNE e iniciou uma tímida crítica aos seus correligionários.

Hoje, lendo seus textos “em defesa da universidade pública”, somos obrigados a lembrar o dito de Paulo Maluf: “estupra, mas não mata”. Sim, Giannotti parece, para quem desconhece seus textos e teses sobre a universidade, um crítico do governo. Gostaria de jogar um copo de água fria nesta fervura. Giannotti acerta em cheio sobre determinadas chagas acadêmicas. Eu mesmo tenho criticado os

prismas negativos que ele ressalta em sua última alocação. Os reitores que agem como coronéis, constituem, de fato, uma desgraça que se introduziu nos **campi** com o ideal democrático da eleição direta. Ele acerta, também, ao propor a instauração de um poder (eu diria, autoridade) universitário com base nos quadros docentes e alunos (Giannotti exclui os funcionários), ele acerta, e agora é preciso certa cautela ao definir uma hierarquia acadêmica baseada no mérito. E acerta, ao indicar que ocorre um desastre na universidade brasileira.

Mas ele concorda em gênero, número, caso, com o governo quando este “privilegia o ensino fundamental em relação ao ensino universitário e passa a controlar o orçamento, o que lhe dá uma economia de 400 milhões de reais por mês” (Cf. J.A. Giannotti, “Em Defesa da Universidade Pública”, Folha de São Paulo, 17/04/98, página 3-7). Logo a seguir, nosso autor avança algo que só pode ser colhido como ironia ou ingenuidade não cabível num filósofo afeito a deslindar sofismas: o governo, no seu entender, “enfrenta a resistência dos lobbies privados, que se armam contra qualquer controle”. E o que ocorreu no caso Anhembi Morumbi, senão parceria (é o mínimo a dizer)

do governo com os proprietários que mandam no Conselho Nacional de Educação? É patético, assim, Giannotti admirar que o MEC, embora tomando uma direção correta no seu entender, não encontre apoio “no seio da própria universidade”. Os simples dados, definidos por Giannotti, justificam este “malentendido”. O que Giannotti não diz, quando cita as dificuldades financeiras das Universidades Federais, é que o ministro da Educação, em audiência na Comissão de Defesa dos Consumidores da Câmara Federal, anunciou o investimento de 300 milhões de reais nas universidades privadas que foram mal no “Exame Nacional de Cursos”. E isto com dinheiro do BNDES que, para o ex-reitor da Unicamp, não seria público...As universidades públicas que foram bem no “provão”, recebem castigo por isto. As privadas, por terem ido mal na arapuca do governo, artifício contra as públicas, recebem prêmios. Este silêncio de Giannotti explica melhor os “malentendidos” entre o governo e os oficiais. Logo a seguir, ele afirma que, apenas por falta de comunicação eficaz, foi gerada a idéia de que os ministros “aparecem” como “cães de guarda do Orçamento e carrascos do

funcionalismo". Diríamos a Giannotti, antigo leitor de Hegel: "**Das Wesen muss erscheinen**", a essência tem de aparecer! Só no pensamento abstrato admite-se "Trennung" entre o que "aparece" e o que se define essencialmente. O governo "parece" cão de guarda do Orçamento, porque ele é cão de guarda do Orçamento. O resto? Puro sofisma.

Continua Giannotti dizendo que o "diagnóstico do ministro da Educação é correto: se as universidades tivessem autonomia, teriam maior margem de manobra para racionalizar custos e serviços internos". **Se** as universidades tivessem maior autonomia, **se** o ministro da Educação, diante da equipe econômica, tivesse maior autonomia, **se...se...se...** trata-se, neste passo, de um típico dobrar-se da fala, que se quer conceitual, ao "**Sollen**", ao dever-ser impotente. Diria o bom Hegel, "se" pudesse ouvir este melancólico "se" giannottiano: "Uma lágrima sobre a necessidade". E o "se" martela, interrogativamente, no filósofo supostamente dialético: "o terreno não teria sido aplainado **se** a sua forma (da autonomia universitária) já tivesse sido negociada, **se** o MEC tivesse se entendido com a equipe econômica, **se** a própria universidade

estivesse animada por um processo interno de refundação?".

Note-se bem: quais parceiros entram na fabulosa "negociação" proposta por Giannotti? O MEC e a equipe econômica. À universidade, e à cidadania, cabe, num carisma próximo ao de certos ramos católicos de hoje, uma "animação" interna. Como podem os **campi** se animarem diante de pacotes e cortes inauditos feitos sem nenhuma consulta à comunidade universitária, e até mesmo sem consulta aos reitores, ou até mesmo sem consulta ao ministro da C/T e, até mesmo, sem consulta aos responsáveis pela Capes e pelo CNPq? Temos certeza de que o Ministro da Educação foi consultado e, ele mesmo pertencendo à equipe econômica, certamente anuiu com os cones, a contenção criminosa dos salários de professores e de técnicos administrativos.

A extrema arrogância do Ministro diante dos pesquisadores e docentes, sua interminável ladainha que reza não ser atribuição de sua pasta o debate de salários, leva-nos à seguinte aporia: ou ele é conivente com seus pares da área econômica, e sua formação pregressa o leva a isto, ou é impotente e não tem pejo sequer de gritar que não define a

política de seu ministério, sendo apenas um estafeta, ou garoto propaganda de luxo, para mascarar os atos e (mal) feitos de seus pares. A escolha não é nossa, é dele. E jamais diremos, como Giannotti, que o diagnóstico de quem foi reitor da Unicamp seja correto. Nós, que sofremos na pele a truculência do ministro e de seus áulicos, jamais repetiremos, como Giannotti, loas à “seriedade e sensibilidade política do ministro Paulo Renato de Souza (...) suficientemente atinadas para refletir sobre os reparos de um companheiro de rota”. Não, professor Giannotti ! O ministro deixou de ser nosso companheiro de rota desde o instante em que deixou a presidência da Adunicamp para, com o nosso voto, alçar vôo através da Reitoria da Upicamp, aos cargos e privilégios governamentais.

Finalizando, assinalo o mais grave em toda a fala giannottiana: ele se assustou com as conseqüências de seus atos e palavras, mas nada muda na sua diretiva de reservar a universidade para o ensino básico e os estudos e pesquisas avançadas para alguns setores, nela e fora dela. Trata-se agora, com o terreno arrasado pela equipe econômica, de “avaliar os grupos existentes, para em seguida negociar com eles projetos de ponta”. E no final da jeremiada

giannotesca: “Que se avaliem desde já as necessidades indispensáveis à manutenção dos grupos de pesquisa e dos focos de docência e que se criem fundos de emergência para mantê-los em funcionamento”. É a velha receita já posta em movimento em “A Universidade em Tempo de Barbárie”. Dentre os muitos “sabidos” universitários, devem existir alguns sábios “grupos de excelência”. A eles, as verbas, para que não se afoguem com a patuléia. Ou seja: às bolsas para incentivo da docência na graduação, esta teratologia imposta sem debate, Giannotti acrescenta os recursos aos “grupos” no interior dos **campi**.. Trata-se de uma proposta que visa definir privilégios, discriminando quem não se instalou ainda em “grupos” ou quadrilhas universitárias. O Pronex, embora abarcando alguns pesquisadores que o merecem, traz a marca da destruição da isonomia na busca de recursos, privilegiando, não raro, projetos favoráveis à política governamental.

Enalteço o desejo de Giannotti. Mas sua fala é ambígua o bastante para colocar num pé de igualdade o lobo e seus alvos. É preciso, neste instante, coragem para denunciar as “negociações” entre os grupos e os pretensos donos do dinheiro público. É preciso coragem e lucidez

para recusar dinheiros arrancados dos laboratórios de nossos pares, em proveito de nossas pesquisas, sem que eles possam se defender. É preciso coragem para recusar a cooptação dos poderosos gabinetes econômicos. É por isto que eu termino, pedindo a todos que se levantem e batam palmas à Presidente de Honra da SBPC, Dra. Carolina Bori, que recusou a medalha de mérito científico ofertada por um governo que destrói a ciência, a técnica e a ética em nossa pátria. E solicito que esta Assembléia remeta à honrada professora o nosso reconhecimento. Proponho que a comunidade científica, na próxima SBPC, entregue àquela docente e a outros, como o Prof. Ivan Izquierdo, que apoia a greve das universidades federais, um diploma de mérito científico e ético. Muito obrigado.

Notas

- 1 Cf. *Os Artigos Federalistas*. 1787-1788. James Madison, Alexander Hamilton, John Jay. Apresentação de Isaac Kramnick. Trad. M.L.X.A. Broges, Rio, nova fronteira Ed. 1993.
- 2 Malaguti, M.L. Carcanholo, M.D. e Carcanholo, R. (Org.). SP, Loyola, 1997.

